



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

03/02/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

"Qualquer aumento de despesa requer corte de gastos", diz Tebet sobre subir salário

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou em entrevista ao site UOL que um novo aumento do salário mínimo em maio deste ano requer cortes de gastos.

"Qualquer aumento de despesa requer corte de gastos", disse a ministra. "Não estou dizendo que é difícil. Estou dizendo que não está no meu radar neste momento achar espaço fiscal, que estamos tendo uma série de outras demandas. Não vamos trabalhar com o hipotético, estamos trabalhando com a realidade".

Tebet disse ainda que, se o presidente Lula decidir aumentar o salário mínimo, cabe a ela "abrir o espaço".

"Se for uma decisão política do presidente da República [reajustar o salário mínimo], nós abriremos espaço fiscal. De onde cortar? É uma decisão que nós apresentaremos à Junta, aos outros ministros, ao presidente da República. Não é uma decisão tomada individualmente. A mim me cabe abrir o espaço, achar alternativas, no plural. E aí é uma decisão coletiva, ratificada e decidida, possivelmente junto com o presidente da República", disse.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 03 de fevereiro.

Reforma tributária deve levar ao menos seis meses, diz Tebet após reunião com Lira

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou nesta quinta-feira (2) após reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que a discussão da reforma tributária se prolongará por ao menos seis meses. A proposta está entre as principais prioridades da agenda econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Segundo ela, não há como concluir a discussão antes desse prazo —ou seja, até o começo de agosto. "A reforma tributária é um processo que começa agora, mas a gente está, mais ou menos, definindo alguma coisa em torno de seis meses. Não dá para falar em uma reforma tributária em menos [tempo] que isso", afirmou.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) vem afirmando que a reforma tributária estaria apta para ser votada ainda no primeiro semestre e que acreditava ser possível uma aprovação até abril na Câmara dos Deputados. Lira também mencionou nos últimos dias que a intenção do governo é uma deliberação até abril.

Tebet, porém, ressaltou que o governo ainda não conhece o novo Legislativo. "Temos de dar o tempo deles. O importante é que a reforma tributária caminhe", afirmou.

"E ela vai caminhar porque tem boa vontade do Congresso, do presidente Lira, do presidente Pacheco. É uma determinação do presidente Lula para que a equipe econômica possa avançar e se colocar à disposição do Congresso para avançar nessa pauta", disse.

A visita da ministra a Lira marca sua entrada na articulação pela reforma, fortalecendo a busca do governo pela aprovação do texto. "O Haddad já tinha feito essa interlocução, agora faltava a ministra do Planejamento fazer também", disse Tebet.

Segundo ela, a votação da reforma deverá começar pela Câmara e a ideia é que esse texto seja alinhado em conjunto entre as duas Casas. "Quando sair o projeto, a reforma da Câmara [deve ser] o mais próximo possível de um texto definitivo que o Senado tenha identidade e conforto para votar", afirmou.

Tebet disse que também apresentou a Lira a preocupação de estados com a perda de arrecadação com o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

Tebet e Lira se reuniram um dia após o deputado ter sido reeleito presidente da Câmara por mais dois anos com uma votação recorde. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também foi reeleito.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 03 de fevereiro.

Ação da OAB contra medida do pacote de Haddad no STF pode ser extinta com acordo

Depois de se reunir com o ministro Fernando Haddad (Fazenda), nesta quarta (1º) na tentativa de um acordo para encerrar a batalha das grandes empresas contra a medida provisória que retoma o voto de qualidade no Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), o empresário João Camargo, do grupo Esfera, resolveu levar um resumo da reunião ao ministro Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal), e ao procurador-geral da República, Augusto Aras.

Toffoli é o relator da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) que a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) apresentou ao STF (Supremo Tribunal Federal) na terça (31) sobre o tema. Na hipótese de um acordo, não haveria a necessidade de a Justiça arbitrar a disputa. A ADI perderia o objeto, ficando extinta.

O empresário também deve tentar contato com os presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira e Rodrigo Pacheco. No mês passado, Camargo fez um apelo à dupla para barrar no Congresso a medida provisória que devolve ao governo o voto de desempate no contencioso dos grandes contribuintes com a Receita no Carf. Com o avanço do diálogo, a pressão empresarial deve recuar, mesmo com a manutenção do voto de qualidade, como quer Haddad.

Na proposta feita pelos representantes empresariais nesta quarta, a ideia é que, em caso de empate nas disputas do Carf, caíam as multas e os juros, o que deve significar cerca de 30% do contencioso. Ou seja, se a empresa decidir pelo pagamento, seria apenas o principal, sem multa e juros. Caso vá em juízo, aí correriam os juros, mas sem multa. Desse modo, a alternativa de evitar o pagamento de juros funcionaria como um estímulo para o contribuinte não levar a situação para o Judiciário, onde a solução poderia demorar muitos anos.

A sugestão de emenda dos empresários à medida provisória foi entregue nesta quinta (2).

O movimento envolve casos bilionários de grandes companhias como Petrobras, Rumo, Ambev, Marfrig, Santander e outras, que lançaram uma onda de pedidos de liminares tentando evitar que seus casos fossem julgados nesta semana, antes da decisão do Congresso sobre a medida provisória.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 03 de fevereiro.

Lula sinaliza possível mudança na autonomia do BC após Campos Neto

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou nesta quinta-feira que pode buscar rever a autonomia do Banco Central quando terminar o mandato do atual presidente da instituição, Roberto Campos Neto.

"Quero saber do que serviu a independência. Eu vou esperar esse cidadão (Campos Neto) terminar o mandato dele para a gente fazer uma avaliação do que significou o banco central independente", disse Lula em entrevista à RedeTV!.

Questionado sobre se poderia haver mudança em relação à autonomia, o presidente da República confirmou. "Eu acho que pode, mas... quero dizer que isso é irrelevante para mim. Isso é irrelevante, isso não está na minha pauta. O que está na pauta é a questão da taxa de juro", disse.

Lula tem criticado a taxa e juros e a independência do BC com frequência, afirmando que a instituição não faz mais agora do que quando seu presidente era trocado sempre que um novo governo assumia.

Durante a campanha, no entanto, Lula afirmou mais de uma vez que não pretendia propor, ao menos inicialmente, uma legislação que revertesse a independência do BC.

A independência do Banco Central foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo então presidente Jair Bolsonaro em fevereiro de 2021.

Os mandatos do presidente e dos diretores do BC, com duração de quatro anos, não coincidem com os do presidente da República, de forma que os governos que tomam posse tenham de conviver por mais algum tempo com autoridades monetárias indicadas pela gestão anterior.

Indicado por Bolsonaro, Campos Neto permanecerá no cargo até dezembro de 2024.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 03 de fevereiro.